

# **CIRO GOMES**

**Flavia Loss de Araujo**

*mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina -  
PROLAM da Universidade de São Paulo*

**João Victor da Motta Baptista**

*mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago  
Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)*

---

## **Presidenciável**

Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista)

Kátia Abreu (Partido Democrático Trabalhista), candidata à vice-presidente

## **Coligação**

“Brasil Soberano” - PDT/AVANTE

## **Cargos políticos**

Deputado estadual (1983-1988); prefeito de Fortaleza (1989-1990); governador do Ceará (1991-1994); ministro da Fazenda (1994-1995); ministro da Integração Nacional (2003-2006); deputado federal (2007-2011); secretário de Saúde no Estado do Ceará (2013 e 2015)

## **Eleições presidenciais**

1998, 2002, 2018

## **Assessoria em relações internacionais**

Secretaria de Relações Internacionais do PDT (sob responsabilidade de Márcio Bins Ely)

**E**m 2018, o pindense radicado em Sobral (CE)<sup>1</sup>, **Ciro Gomes** busca pela terceira vez chegar à presidência da república, neste pleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>2</sup> e acompanhado da senadora pelo estado do Tocantins (2007-presente) e ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2014-2016) do governo Dilma Rousseff, **Kátia Abreu** (PDT), candidata a vice-presidente na chapa de **Ciro Gomes**.

O advogado e professor universitário<sup>3</sup>, **Ciro Gomes** construiu uma sólida trajetória pública, elegendo-se para cargos legislativos e executivos, além de ser indicado como ministro duas vezes, em governos de espectros políticos distintos. Na atual disputa eleitoral, **Ciro Gomes** tem como único aliado o Partido Avante (ex-PTdoB), pois o candidato sofreu um revés nas tentativas de aliança com partidos de centro<sup>4</sup>, que optaram por uma coligação com **Geraldo Alckmin** (PSDB)<sup>5</sup>. O mesmo aconteceu em relação a outros partidos da esquerda, como o PSB<sup>6</sup> e o PCdoB que declararam, respectivamente, neutralidade e apoio à candidatura petista.

Lançando pela quarta vez uma candidatura própria<sup>7</sup>, o PDT apresenta o plano de governo “Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil”<sup>8</sup>, coordenado por **Nelson Marconi**, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), ao lado dos professores **Roberto Mangabeira Unger**, ex-Secretário de Assuntos Estratégicos (2015) do governo Dilma Rousseff, e **Mauro Benevides Filho**. De forte orientação desenvolvimentista, o conteúdo é estruturado a partir de propostas econômicas e seu objetivo geral é proporcionar mudanças que reflitam índices econômicos e de desenvolvimento humano próximos aos de países europeus, por partir do entendimento de que o Brasil tem essa capacidade.

Na exposição, o texto foca na recuperação de empregos, na realização de reformas econômicas<sup>9</sup> e no desenvolvimento industrial. Para isso, discutem-se temas como investimentos em infraestrutura, a relevância do BNDES e a realização de reformas no campo da economia. Ademais, apresentam-se propostas para questões ambientais, saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança, cultura, direitos humanos e combate à corrupção.

A lógica geral do plano de governo, focada em um projeto nacional de desenvolvimento, é incorporada na concepção de soberania nacional e sua relação com a política externa e defesa, pois entende-se que “a democratização das oportunidades e capacitações”<sup>10</sup> e a riqueza institucional são reforços à soberania.

A política externa proposta por Ciro Gomes parte do princípio norteador de todo o plano de governo, de que esta deve servir aos interesses e valores nacionais por meio da construção de um projeto de desenvolvimento. O plano concebe que a “política exterior deve ser mais do que independente; ela deve ser transformadora”<sup>11</sup>, responsabilidade do governo como um todo, com destaque para a necessidade de maior participação do poder legislativo na formulação dessas políticas. Dessa forma, um dos objetivos da política externa brasileira é buscar a construção de uma nova ordem mundial, pois se entende seu papel como revisionista e sua abertura a novas institucionalidades e experimentos<sup>12</sup>.

O programa de governo sobre a China e os EUA frisa que é importante a “recusa à relação neocolonial”<sup>13</sup>, ao mesmo tempo que defende o fortalecimento das relações com os estadunidenses e a reconstrução dos laços com os chineses. Além disso, sobre a África, critica a atuação em defesa dos interesses de empreiteiras, afirmando que a generosidade deve ser um pilar de condução da política àquele continente.

O plano apresenta a necessidade de buscar uma governança global, ressaltando a necessidade de manutenção da soberania dos Estados, e que a estratégia deve estar voltada às coalizões regionais (Mercosul e Unasul), de países específicos (BRICS) ou temáticas. Além disso, reforça a importância da questão democrática nas instituições que o Brasil é parte.

Na esfera da integração regional, o foco é o regionalismo sul-americano, com destaque para a retomada desse processo e a revitalização da União de Nações Sul-americanas (Unasul), e destaque para a temática industrial, como a requalificação produtiva, a reindustrialização e o fomento ao estabelecimento de cadeias produtivas que rompam as barreiras fronteiriças do subcontinente.

O plano de governo defende a ampliação de relações com os países sul-americanos, não apenas no âmbito federal, mas também na esfera subnacional, sobretudo em regiões fronteiriças. Em relação ao Mercosul, se defende o aprofundamento do livre comércio e o objetivo de envolver todos os países sul-americanos nas relações desse bloco. O texto almeja envolver toda a América do Sul, dentro e fora do Mercosul, para adensar relações nas esferas comerciais, produtivas, tecnológicas, de defesa e de circulação de ideias e pesquisas<sup>14</sup>.

Cabe ressaltar, sobre a questão regional, uma ausência notada nesse plano de governo é a América Latina, que não é mencionada direta ou indiretamente, nem seus arranjos institucionais, como o caso da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Da mesma forma, é ausente do plano de governo menções a relações hemisféricas, quando tratadas são apontadas diretamente como relações com os EUA.

Em entrevistas, debates e sabatinas, Ciro Gomes aponta os BRICS como um dos mais relevantes instrumentos construídos na política internacional nos últimos anos, sobretudo para a construção de uma nova ordem mundial, que não quer dizer um rompimento de relações do Brasil com os EUA. Ademais, elogia a iniciativa de Lula de constituir o bloco e avançar as negociações para consolidar o Banco dos BRICS, que para ele, em seu pleno funcionamento, permitirá o Brasil se livrar da “perversão neoliberal”<sup>15</sup>.

Além disso, constantemente o presidencialista ressalta<sup>16</sup> a importância da multipolaridade na construção de uma política externa pautada na não intervenção, na paz e no reforço de outras institucionalidades por parte do Brasil. Destaca que o protagonismo global crescente do país é relacionado à conduta e ao ativismo do país nos grandes temas internacionais, com relevante atuação em fóruns internacionais. Ademais, como já fora mencionado, salienta a importância das instituições sul-americanas, como a Unasul e o Mercosul.

O projeto nacional do candidato pressupõe uma política externa “proativa”<sup>17</sup>, pois considera essencial o desenvolvimento de acordos que transfiram tecnologia para o Brasil e possibilitem a construção de uma via

alternativa às instituições de Bretton Woods<sup>18</sup>. Para isso, o presidenciável aponta as relações bilaterais com a China<sup>19</sup> como uma possibilidade de ampliar um regime de preferências comerciais industriais e de fomentar uma política de transferência de tecnologias sensíveis.

Por fim, vale salientar que sobre os regionalismos, as declarações públicas do presidenciável não avançam em maiores detalhes e propostas, mas nota-se uma preferência para a América do Sul e raras menções à América Latina, assim como no programa de governo. Dessa forma, percebe-se que a orientação geral de suas políticas integracionistas deve focar no subcontinente sul-americano como foco prioritário de ações política, com destaque para as formulações sobre a estabilidade regional e a mediação de conflitos. No geral, o plano não incorpora grandes inovações em termos de política exterior e alinha-se aos paradigmas de governos anteriores, principalmente petistas.

## NOTAS

- 1 Nascido em Pindamonhangaba (SP), mudou-se aos quatro anos de idade para Sobral (CE), cidade de sua família paterna.
- 2 Em sua carreira política passou por sete partidos: PDS (1982), PMDB (1983-1988), PSDB (1988-1997), PPS (1997-2005), PSB (2005–2013), PROS (2013–2015), PDT (2015–atual). Fonte: CPDOC-FGV.
- 3 Foi professor de Direito Tributário na Universidade de Fortaleza e professor de Instituições de Direito Público e Privado na Universidade do Vale de Aracáú.
- 4 Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0802200620.htm>. Acesso em: 14/09/2018.
- 5 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/centrao-chega-a-acordo-para-apoiar-alckmin.shtml>
- 6 <https://www.folhape.com.br/redir.aspx?mld=291058&ild=2382&url=/politica/politica/politica/2018/08/09/BLG,7196,7,547,POLITICA,2419-O-VALE-TUDO-DOS-PARTIDOS-DISPUTA-ELEITORAL.aspx>
- 7 Em eleições presidenciais o partido apresentou candidatura própria nos anos de 1989 e 1994, com Leonel Brizola. Em 1998, coligou-se com o PT, na chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva com Brizola vice; em 2002 participou da “Frente Trabalhista” com Ciro Gomes, na época candidato pelo PPS. Em 2006, o partido lançou, sem coligação, Cristovam Buarque.

Nas eleições de 2010 e 2014, apoiaram e Dilma Rousseff.

- 8 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT. Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. Brasília, 2018.
- 9 As reformas apresentadas no texto são: fiscal, tributária e previdenciária; orçamentária; da gestão pública.
- 10 PDT. Diretrizes para uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. Brasília, 2018, p. 56.
- 11 Ibid., p.59.
- 12 Ibid., p. 59.
- 13 Ibid., p. 60.
- 14 Ibid., p.58.
- 15 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=QE\\_dRkBoWOU](https://www.youtube.com/watch?v=QE_dRkBoWOU) e em: <https://www.youtube.com/watch?v=rxu5B9Aqn4Y>
- 16 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Y\\_aTI2oXeBk](https://www.youtube.com/watch?v=Y_aTI2oXeBk) e em: <https://www.youtube.com/watch?v=E8H7tmnqUs8>
- 17 Termo utilizado diretamente pelo presidente em declarações, disponível nos vídeos supracitados.
- 18 Refere-se às instituições criadas durante a conferência de Bretton Woods (Estados Unidos) em julho de 1944: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – posteriormente, Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foram criadas com o objetivo de reestruturar os sistemas econômico e financeiro mundiais. Tais funções sofreram alterações no decorrer do século XX e atualmente ambas se dedicam a oferecer empréstimos e orientações de cunho neoliberal para países em desenvolvimento, gerando críticas de opositores dessas medidas.
- 19 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=piqqEuLECnc>